



As Micro, Pequenas e Médias Empresas são fundamentais para o desenvolvimento do país

As MPME's representam (excluindo o sector financeiro) 97% do número de empresas, empregam 81% do pessoal ao serviço e são responsáveis por 70% do volume de negócios

Com as políticas de favorecimento dos grandes grupos económicos, as MPME's enfrentam hoje uma das mais graves situações dos últimos anos, com consequências desastrosas para milhares de pessoas e para o país.

O sector financeiro, um dos protagonistas da actual crise, paga e continuará a pagar uma taxa de IRC duas e três vezes mais baixa que as restantes empresas, que pagam os 25% da lei.

PEC1, PEC2, PEC3 e mais os que lhe seguirão, só pressionam aqueles que menos podem pagar, ou seja: os trabalhadores, os empresários a recibo verde e os pequenos empresá-

rios que das suas empresas retiram o seu sustento de vida.

A importância das Micro, Pequenas e Médias Empresas na economia nacional, na comparticipação contributiva para o Orçamento do Estado e na elevada contribuição para a taxa do emprego, não tem recebido por parte dos sucessivos governos a correspondente atenção que se justifica e que bem merece. O que tem havido, isso sim, são políticas traduzidas em problemas concretos bem conhecidos, que tornam insustentável a situação de muitas MPME's.

Mais do que nunca, é necessário unir esforços e levantar a voz contra:

- Uma política fiscal altamente penalizadora – PEC (Pagamento Especial por Conta), impossibilidade prática do reembolso do IVA nos casos incobráveis, taxas de IVA demasiado elevadas, etc.;
- A imposição de normas – ambientais, contabilísticas e outras – desajustadas face à realidade dos Micro e Pequenos Empresários;
- Fundos comunitários e nacionais, em particular o QREN, de difícil acesso, e ainda com taxas de juro mais elevadas, discriminam à partida a generalidade das Micro e Pequenas Empresas;
- A sistemática violação das leis da concorrência, perante a inoperância das entidades reguladoras;
- Uma política desregulada, que permite a proliferação das Grandes Superfícies Comerciais, colocou Portugal, anacronicamente, como o país da União Europeia com o mais elevado índice de Grandes Superfícies Comerciais.

Com tanto envolvimento mediático à volta do Orçamento do Estado, nenhuma atenção é dada à situação dramática atingida com a falência de mais de 3.000 empresas. Situação esta com que se interrogam os pequenos empresários quanto ao seu futuro. Se a desgraça lhes tocar à porta, não terão direito a qualquer cobertura social. Apesar de também descontarem para a Segurança Social.

A situação actual das MPME's é complexa, mas não estão sozinhos. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, como sempre o tem feito, continuará a seu lado, lutando na Assembleia da República com propostas legislativas que ponham cobro à injustiça que sobrecarrega as MPME's e quem nelas trabalha.

Se os partidos políticos cumprissem na Assembleia da República as promessas feitas durante as campanhas eleitorais; se não chumbassem sistematicamente as propostas que PCP tem apresentado na Assembleia da República sobre os temas acima denunciados, de certeza que as preocupações de hoje seriam bem menores!

É um crime continuar a menosprezar a importância que as MPME's têm na sustentabilidade da economia nacional.